**A ESCOLARIZAÇÃO DE UMA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS**

**Jéssica Tailane da Costa**

Graduanda do curso de Letras Português/CAMEAM/UERN

E-mail: tayllanej@gmail.com

**José Bernardo Costa Junior**

Graduando do curso de Letras Português/CAMEAM/UERN

E-mail: juniorbernardocj@gmail.com

**Disneylândia Maria Ribeiro**

Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/CAMEAM/UERN

E-mail: d-landia@hotmail.com

**Resumo**: Esta pesquisa objetivou conhecer um caso particular de escolarização de uma estudante com deficiência visual, aluna do 3º ano do Ensino Médio da rede regular de ensino de uma escola pública estadual, situada no município de Rafael Fernandes/RN. A metodologia adotada para levantamento e análise dos dados foi a abordagem qualitativa, e se efetivou mediante a aplicação de questionários com dois professores da escola e a realização de entrevista com a aluna com deficiência visual. Os resultados gerais denotaram uma realidade educacional problemática decorrente do despreparo da escola para atender alunos com deficiência visual, uma vez que a instituição não conta, dentre outros fatores, com os serviços do Atendimento Educacional Especializado (AEE), não disponibiliza recursos e materiais específicos para o desenvolvimento e a aprendizagem da aluna com deficiência visual e não promove formação continuada para os professores. Em vista dos fatos mencionados, concluiu-se, portanto, que a efetivação de uma educação inclusiva nessa escola ainda é um longo caminho a percorrer. As barreiras no processo de escolarização da aluna com deficiência visual são palpáveis e precisam ser enfrentadas por todos os sujeitos envolvidos no seu processo educacional.

**Palavras-chave**: Deficiência visual. Ensino regular. Inclusão.

**1 Considerações Iniciais**

Todas as culturas utilizam mecanismos de educação como forma de disseminação de valores e de conhecimentos para nortear a convivência em sociedade. Desde que nascemos, estamos cercados por normas sociais que se perpetuam historicamente a fim de orientar nossa conduta frente as mais diversas situações de interação em ambientes formais e informais, seja no seio familiar ou no trabalho. Todas as esferas da comunicação humana requerem comportamentos que são construídos através da experiência e da relação do indivíduo com o meio ao qual está inserido. No entanto, há uma educação institucionalizada que é promovida através da escolarização, um processo altamente complexo que visa o desenvolvimento físico, intelectual e social para formar sujeitos aptos a explorarem, na sua subjetividade, as suas potencialidades.

No contexto nacional, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) preconiza que a educação é um direito de todos os brasileiros e dever do Estado e da família, devendo ocorrer em regime de colaboração entre todas as instâncias administrativas, com a finalidade de proporcionar, além do desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a capacitação para o mercado de trabalho. Sobre a escolarização de alunos com deficiência, a carta maior assegura o atendimento educacional especializado (AEE) na rede regular de ensino, reafirmando o compromisso com o acesso à educação e a garantia do padrão de qualidade do ensino público gratuito.

De acordo com Schlunzen, Rinaldi e Santos (2011), o AEE deve ser um auxílio para a modalidade de educação especial, funcionando como um complemento para a prática pedagógica na sala regular e não como um substituto do ensino comum. Nesse âmbito, a educação especial deve ser entendida como “a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996).

Entretanto, ao nos depararmos com o real panorama educacional do nosso país, podemos perceber que nem tudo que está posto na lei é, de fato, operacionalizado, pois a inclusão do aluno com deficiência ainda é um problema para muitas instituições e profissionais da educação. É nesse sentido que Ribeiro e Baumel (2003), ao relatarem sobre as perspectivas da escola inclusiva, afirmam que muitas reflexões ainda devem ser feitas acerca dos aspectos envolvidos nas ações educativas realizadas com os estudantes com deficiência, devendo haver, para isso, a cooperação de toda a comunidade escolar. Os autores ainda complementam que cabe a classe docente repensar as condições de suas práticas de ensino e de suas proporções, assim como os efeitos da organização da estrutura curricular e do método avaliativo.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas por muitos alunos com deficiência matriculados na rede regular do ensino básico, a pesquisa ora relatada teve como objetivo conhecer um caso particular de escolarização de uma estudante com deficiência visual, aluna do 3º ano do Ensino Médio da rede regular de uma escola pública estadual, situada no município de Rafael Fernandes/RN. Para tanto, realizamos aplicação de questionários com dois professores (um da disciplina de artes e outro da disciplina de química) e entrevista com a aluna com deficiência visual. Ambos os procedimentos tinham o intuito de conhecer as ações que estão, eventualmente, sendo efetuadas para o atendimento escolar da estudante com necessidades educacionais especiais e as que ainda precisam ser feitas.

Convém destacarmos que a abordagem da pesquisa é essencialmente qualitativa, uma vez que almeja a interpretação e a discussão de dados empíricos coletados em uma conjuntura escolar, justificada pelo desejo dos autores em ampliarem sua formação política sobre as diretrizes e os processos pedagógicos envolvidos na educação de alunos com deficiência visual, através de pontes entre as bases legais e as práticas educativas em ação.

**2 Deficiência visual e os desafios educacionais**

É sabido que grande parte das informações que chegam até nós, seres humanos, são transportadas pelo canal visual. A visão, um dos cinco sentidos do sistema sensorial, é o que possibilita aos seres vivos a elaboração e o aprimoramento das percepções do mundo. Além disso, esse sentido é responsável também por captar estímulos e projeções/figuras do espaço, facilitando a vida do homem durante a interação com seus semelhantes.

Nessa perspectiva, os indivíduos que fazem uso deste canal têm acesso a luzes, brilhos, aparências, enfim, a diversas imagens do exterior e, ainda assim, dão muita importância as cores, ao visual em geral, pois tudo que está ao alcance dos olhos influencia na interpretação e compreensão de mundo da comunidade vidente. Todavia, existem aquelas pessoas que apresentam dificuldades ou mesmo não conseguem, de maneira alguma, encontrar luz ou interpretar as sensações decorrentes desses estímulos luminosos —as pessoas com deficiência visual. Para Miranda (2008, p. 02),

as pessoas consideradas com deficiência visual caracterizam-se por uma incapacidade ou limitação no ato de ‘ver’. Em outras palavras, entende-se por deficiência visual, uma impossibilidade total ou parcial da capacidade visual, consequência de alterações no globo ocular ou no sistema visual. Portanto, no grupo de pessoas com deficiência visual, são incluídos os cegos e os de visão subnormal ou visão reduzida [...].

Partindo desse pressuposto, é válido ressaltar que existe, há muito tempo (desde o século XVIII), apoio e auxílio de instituições educacionais para alunos com cegueira. Dentre as primeiras instituições que manifestaram essa preocupação, destaca-se a escola para cegos fundada por Valentin Haiuy, na França, onde, a princípio, o ensino ficava restrito apenas à leitura de textos pequenos, dificultando o acesso à escrita aos alunos com deficiência visual.

Porém, Luis Braille, em 1825, aluno do Instituto criado por Haiuy, mudou esse quadro e se encarregou de elaborar um sistema de leitura e escrita baseado nos pontos em relevo (feito por letras costuradas em papel, que eram muito grandes e pouco práticas, embora fosse o único recurso que esses alunos tinham acesso naquele momento), perceptíveis ao tato, permitindo e oportunizando aos cegos um contato direto e minucioso com o objeto da escrita.

Além desse avanço a respeito do sistema escritural, criado por Braille, em que todos os métodos e atividades são pensados e executados nesse formato de comunicação (Sistema Braille), e muitos outros materiais para o desenvolvimento da função tátil, como apontam Baumel e Castro (2003, p. 103), “cubaritmo, o sorobã adaptado ou os jogos para a cognição/construção de conceitos”, o processo de escolarização voltado para pessoas com essa deficiência necessita também ser pautado em práticas pedagógicas contextualizadas, tecnologias assistivas e profissionais especializados, o que possibilita a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades funcionais e sociais.

Desse modo, Baumel e Castro (2003, p. 102) listam algumas ferramentas didático-pedagógicas para ampliar as possibilidades educacionais de aprendizes com deficiência visual, como:

modelos adaptados de mobiliário – projetados para melhorar e corrigir a postura e para diminuir estados de fadiga. São instalados durante a realização das tarefas escolares atendendo ao fator da distância adequada a essas tarefas; materiais para grafia – disponíveis em várias espessuras e cores. São aqui incluídos papel atômico, canetas hidrográficas, marcadores de diferentes cores, lápis 6B [...]; filtros coloridos – para melhorar a visibilidade e a legibilidade de textos e imagens [...]; luminária de diversos tipos – abrangendo desde as lanternas manuais, com tamanhos variados, até as de controle de variação de luz, móveis ou manuais, ou as utilizadas para iluminação artificial; ‘janelas para leitura’ ou ‘tapa-letras’ – auxiliam ao deficiente visual (baixa visão) a focar uma palavra ou frase dos textos de leitura; instrumentos adaptados de medidas matemáticas – substituem materiais simples, como a régua, podendo ser providenciados pelos professores de alunos com visão subnormal ou cegos.

Assim sendo, os materiais e recursos utilizados nas aulas com alunos que tem essa deficiência, devem ser analisados cuidadosamente pelo professor, haja vista que estes assumem a maior parte da responsabilidade no processo de ensino-aprendizagem. Além do mais, Baumel e Castro (2003, p. 105) acrescentam que, referente aos materiais da sala de aula e da escola, cabe ao professor de estudantes com deficiência visual

[...] a adoção de alternativas viáveis para o acesso, manuseio e usufruto dos materiais disponíveis na sala de aula. Neste aspecto, os cuidados centram-se em: controle da luminosidade; posição do aluno frente à lousa, para a visão de perto ou longe; disposição dos materiais em relevo, para os cegos. Na existência da sala de recursos, é fundamental a inter-relação dos professores nos encaminhamentos referentes aos materiais.

Nesse ínterim, é ainda cabível frisar a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), um conjunto de serviços e recursos de acessibilidade pedagógica, organizados para atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação com o objetivo de complementar ou suplementar a formação destes estudantes (BRASIL, 2009).

Assim, Sá *et al*. (2007, p. 26-27) afirmam que

Os recursos destinados ao Atendimento Educacional Especializado desses alunos devem ser inseridos em situações e vivências cotidianas que estimulem a exploração e o desenvolvimento pleno dos outros sentidos. A variedade, a adequação e a qualidade dos recursos disponíveis possibilitam o acesso ao conhecimento, à comunicação e à aprendizagem significativa. Recursos tecnológicos, equipamentos e jogos pedagógicos contribuem para que as situações de aprendizagem sejam mais agradáveis e motivadoras em um ambiente de cooperação e reconhecimento das diferenças. Com bom senso e criatividade, é possível selecionar, confeccionar ou adaptar recursos abrangentes ou de uso específico [...]. Pode-se produzir uma infinidade de recursos e jogos didáticos com material de baixo custo e sucata: embalagens descartáveis, frascos, tampas de vários tamanhos, retalhos de papéis e tecidos com texturas diferentes, botões, palitos, crachás, barbantes, sementes etc. [...] Para promover a comunicação e o entrosamento entre todos os alunos, é indispensável que os recursos didáticos possuam estímulos visuais e táteis que atendam às diferentes condições visuais.

De modo geral, para que se possa alcançar a efetivação de propostas inclusivas para pessoas com deficiência visual, deve-se pensar em procedimentos didáticos, projetos e programas de assistência estudantil que beneficiem a heterogeneidade do alunado. Desta maneira, a educação deve ser pensada e encarada como um dos aspectos mais imprescindíveis para o desenvolvimento do ser humano, sendo que “as estratégias de aprendizagem, os procedimentos, os meios de acesso ao conhecimento e à informação, bem como os instrumentos de avaliação, devem ser adequados às condições visuais destes educandos” (SÁ *et al*., 2007, p. 37).

**3 Análise dos dados**

Participaram desta pesquisa dois docentes de uma escola pública estadual, situada na cidade interiorana de Rafael Fernandes/RN. Contamos também com a contribuição significativa (por meio de uma entrevista) de uma aluna do 3º ano do Ensino Médio da mesma instituição escolar com deficiência visual (cegueira). Os questionários foram elaborados e entregues aos sujeitos participantes dessa investigação pelos referidos autores deste estudo. A princípio, será relatado o questionário destinado aos professores da aluna, do qual é composto por sete questões, aplicado com o intuito de conhecermos a maneira que estes profissionais medeiam suas práticas de ensino ante as necessidades especiais desta aluna com deficiência visual matriculada na sala regular.

A primeira pergunta aberta do questionário dos professores porta o seguinte enunciado: “Você acha que a escola possui boa infraestrutura e condições materiais suficientes para atender estudantes com deficiência visual? Por quê?”. A esta interpelação, obtivemos a imediata resposta do professor de química: “Não. Não conheço nenhuma escola que disponha de infraestrutura e pessoal suficiente para atender estudantes com deficiências visuais, faltam livros, computadores, intérpretes e pessoas preparadas para capacitar professores e diretores das escolas”. Já a professora de artes discorreu o seguinte em sua resposta: “Não, a escola nunca está preparada para receber alunos com deficiência de qualquer tipo, depois que eles chegam é que começam as maiores dificuldades”. Nesse sentido, torna-se clara a aproximação da realidade vivida pelos dois professores, haja vista que ambos disseram que a escola não está apta a receber alunos com deficiência, pois faltam recursos para o atendimento educacional especializado, sendo que a há um *déficit* na formação contínua do docente no que diz respeito a educação de estudantes com necessidades especiais, por conta da escassez de meios que auxiliem o profissional na prática pedagógica, como material didático, além de infraestrutura adequada para ser implementada esta modalidade educacional.

No segundo item do questionário, fizemos a seguinte pergunta aos professores: “Você já participou de algum processo/curso de formação para melhor compreender as necessidades educativas de estudantes com deficiência visual?”. A esta questão, a docente da disciplina de artes respondeu somente que “não” e o docente da disciplina de química respondeu que “sim”, argumentando que já cursou disciplinas de educação inclusiva na graduação e estuda por conta própria para atender seus alunos com deficiência visual. É bastante visível a disparidade existente entre essas respostas, já que é notável que algumas licenciaturas não preparam o professor para lidar com a diversidade, com a heterogeneidade de estudantes que compõem a comunidade escolar. A fala da professora só vem a confirmar este preceito, dado que nem mesmo em sua graduação ela teve contato com disciplinas que tratassem de educação especial e, mais especificamente, que norteassem suas atividades de ensino frente as demandas de alunos com deficiência visual.

Contudo, ao analisarmos a fala do professor de química, vimos que além dele já ter tido contato, no curso do ensino superior, com componentes curriculares que contemplam a temática da educação especial de alunos com deficiência visual, nos deparamos ainda, com um comportamento extremamente ativo deste professor. Ele se mostrou bastante empenhado em buscar estratégias que subsidiem a aprendizagem de seus alunos deficientes visuais. Essa atitude é extremamente animadora, pois o professor, ao exercer sua função no magistério, deve articular métodos que integrem toda a classe e instruam a construção dos saberes e das aptidões. Como dizem Ribeiro e Baumel (2003, p. 130), “a inclusão não é missão impossível: é, isto sim, desafio superável. É uma questão de pensar e de querer”.

No terceiro item do questionário, perguntamos com objetividade aos docentes: “A escola que você trabalha já promoveu ou promove palestras/cursos para auxiliar as suas práticas pedagógicas junto a alunos com deficiência visual?”. O professor de química respondeu que “não”, e a professora de artes disse voluntariamente que “Apenas uma vez nos foi oportunizado a exposição de sugestões de trabalhos dentro de algumas disciplinas”. Isto quer dizer que, pouco estímulo é proveniente da escola (e das redes municipal e estadual de ensino de uma maneira geral), no quesito formação dos educadores para a gestão da diversidade estudantil. Vemos, então, que, as disposições legais não estão sendo concretizadas, pois cabe aos órgãos competentes e a própria escola oferecer ações conjuntas com outras instituições para a formação adequada dos professores.

No quarto item do questionário, fizemos a seguinte indagação aos docentes: “Considera importante a promoção de ações voltadas para a formação contínua do docente para lidar com as diferentes peculiaridades dos alunos? Por quê?”. Acerca desta interrogação, o professor de química respondeu que “Sim. O aluno deficiente visual muitas vezes é excluído não só pelos colegas de classe mas muitas vezes por professores que olham para aquele aluno e vê um ‘trabalho a mais’ pra ele e acaba ignorando suas subjetividades.” À mesma pergunta, a professora de artes nos deu a seguinte resposta: “Sim, formação é indispensável para exercermos nossa função, infelizmente, poucas são as ações oferecidas pelos órgãos competentes, cabendo, portanto, aos profissionais procurar meios para realizar o seu trabalho.”

No tocante a fala do professor de química, podemos observar as barreiras à educação inclusiva, dentre elas, sobressai o despreparo dos professores e a exclusão por parte dos colegas de classe. Por outro lado, a fala da professora de artes expressa a sua insatisfação com o poder público no que tange a promoção de ações formativas para os profissionais que atuam no sistema educacional. E, por conseguinte, repousa somente sobre os ombros dos professores a responsabilidade de busca e aquisição de estratégias de ensino para instruírem a escolarização de pessoas com deficiência visual. Logo, é indispensável que a instituição escolar e os sistemas de ensino planejem e ofertem formação contínua aos docentes para que estes mobilizem metodologias flexíveis e adaptáveis às necessidades educacionais de estudantes com deficiência visual.

No quinto item do questionário, direcionamos aos professores a seguinte pergunta: “Você já desenvolveu ou já utilizou algum recurso didático específico para facilitar o processo de ensino-aprendizagem do estudante com deficiência visual?”. O professor de química respondeu positivamente, enquanto que a professora de artes falou que procura integrar estudantes com essa deficiência aos grupos, valorizando a sua oralidade, sendo que algumas atividades escritas o estudante com deficiência visual faz a leitura para a devida correção oral.

Diante disso, observamos que somente um dos professores investigados afirmou já ter desenvolvido um meio didático singular para trabalhar com estudantes com deficiência em suas aulas. Neste ponto, não poderíamos deixar de ressaltar a relevância que os recursos didáticos específicos têm para acessibilizar o currículo escolar para o aluno com deficiência visual. Sá *et al*. (2007, p. 26) enfatizam que “a predominância de recursos didáticos eminentemente visuais ocasiona uma visão fragmentada da realidade e desvia o foco de interesse e de motivação dos alunos cegos e com baixa visão”, mas com bom senso e criatividade, é totalmente possível a adequação e elaboração de materiais para um fim específico que explorem a percepção sensorial do educando.

No último item do questionário, estabelecemos a seguinte indagação: “Você procura envolver o aluno com deficiência visual nas atividades extraclasses? De que forma?”. Acerca desta pergunta, obtivemos a seguinte resposta do professor de química:

Sim. Procuro tratar o aluno deficiente visual como os demais respeitando suas peculiaridades, entendo sua dificuldade em entender a abstração da Química, desenhar todas aquelas estruturas e fórmulas por isso o primeiro passo foi tentar entender braille, para entender como aquele aluno escreve e como eu poderia ‘ditar’ para ele. Depois, procuro desenvolver materiais em braille, já que a escola não disponibiliza, e desenhos em alto relevo para que ele possa sentir como são aquelas estruturas de fato. (Professor de Química)

Já a docente de artes nos disse “Sim, tenho sempre a preocupação de atribuir-lhe alguma tarefa que ela seja capaz de realizar.” Ao analisarmos o relato do professor de química, vemos o quanto ele é empenhado em atender por meio de suas práticas de ensino, as necessidades educacionais de seus alunos. Infelizmente, a escola não dispõe de recursos especializados para orientar as ações pedagógicas dos docentes, o que dificulta bastante o trabalho do professorado. Contudo, os dois sujeitos da pesquisa confirmaram que estão sempre envolvendo a aluna com deficiência visual nas atividades extraclasses. Além disso, a professora de artes demonstrou a preocupação de estar, na medida do possível, planejando tarefas para envolver a aluna com deficiência visual em todas as interações escolares, dentro ou fora do ambiente de sala de aula.

Passamos, agora, à análise da entrevista realizada com a aluna com deficiência visual matriculada na sala regular. Depreendemos que muitas das respostas da estudante estão harmonicamente compatíveis com as argumentações de cada quesito dos questionários dos profissionais interrogados.

Perguntas como: “A escola fornece livros em braille e materiais didáticos específicos para o seu desenvolvimento e aprendizagem?” e “A escola desenvolve algum recurso de apoio especializado para atender as suas necessidades especiais e complementar a sua escolarização na sala regular?” foram respondidas de forma negativa pela entrevistada. O que é bastante alarmante, angustiante e lúgubre, embora tenha sido expresso em seus relatos, que houveram tentativas por parte da escola para implementar medidas de atendimento especializado e fornecimento de materiais didáticos. Tais solicitações da escola não foram atendidas pelo poder público, foi dada mínima importância e atenção ao caso da estudante com deficiência visual pelas autoridades competentes, o que contribui cada vez mais para a exlusão escolar, sendo a aluna com necessidades educacionais especiais a mais prejudicada.

Além disso, a estudante afirma que alguns professores não ministram aulas que correspondem às suas necessidades, salvo os casos daqueles que fazem uso de meios didáticos (desenvolvidos pelos próprios docentes) diferenciados para auxiliar na sua aprendizagem. Um problema ainda mais grave, tendo em vista as necessidades de acessibilidade da adolescente, está no fato de que alguns professores, segundo ela, não se esforçam tanto para trazer recursos e/ou atividades de escrita em braille, uma vez que ela depende desse código de leitura e escrita para aprender com mais transparência e obter um melhor desempenho em suas tarefas.

Por outro lado, um quesito bem pertinente e meritório foi a afirmação da aluna quanto a participação nas atividades extraclasses, se era positiva e quais atividades eram essas, em que ela disse: “Sim. Participo de palestras, apresentações em datas comemorativas e apresentações de trabalhos acadêmicos”, haja vista que essas relações de interação fora da sala de aula contribuem no desenvolvimento pessoal da aluna, colaborando para a sua formação crítica e intelectual nos diversos ambientes sociais.

Outrossim, a jovem relata que se sente muito bem estando com seus amigos e colegas de sala de aula, tem realmente uma boa relação com eles, há bastante entrosamento e amizade, e que nunca se sentiu rejeitada por parte deles. Porém, em seus depoimentos, afirma que gostaria de fazer algumas mudanças em sua escola, a saber:

O tratamento de alguns professores com respeito à preocupação com minha aprendizagem. Gostaria que a direção se esforçasse mais para conseguir recursos que auxiliam minha aprendizagem, pois sei que a diretora já se esforçou muito, mas queria que se empenhasse mais, até por que a diretora falou que já insistiu muito nos meios legais, mas não obteve nenhum resultado. (Aluna com deficiência visual)

Nessa perspectiva, reiteramos que a ação educativa deve ser voltada para o respeito e a valorização das diferenças entre os que aprendem e os que ensinam, partindo do princípio de que o desejo de ensinar, aprender, indagar e investigar, bem como valorizar e aceitar as individualidades são atitudes importantes que contribuem positivamente na construção do conhecimento e na internalização do mundo exterior.

Depois de toda essa discussão, fica uma dúvida no ar: que a escola pública não oferta uma educação eficaz e de qualidade para estudantes com necessidades educacionais especiais, isto já ficou claro. Mas, de quem é a culpa? Seria dos sistemas educacionais que não praticam efetivamente os dispositivos legais, ou seria da comunidade escolar que não pleiteia pela efetivação destas leis? Bem, não convém aqui apontarmos a responsabilidade somente para um destes agentes, pois é necessário que haja a colaboração de todos os envolvidos no processo educacional, posto que tornar a escola inclusiva é um trabalho árduo e incessante.

**4 Considerações Finais**

Diante da realidade relatada por esta comunicação, constatamos que é extremamente importante que as instituições de ensino saibam lidar com a diversidade dentro da escola, haja vista que isso constitui algo primordial para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, e contribui, assim, para a formação humana das atuais e futuras gerações. Dessa forma, falar em educação inclusiva, é notadamente, um passo na desconstrução das barreiras pedagógicas que permeiam o processo de escolarização dos estudantes com deficiência. Inclusão é isso, é ir além dos padrões, é um projeto social que não basta estar apenas na legislação, mas que precisa urgentemente ser adotado e colocado em prática para que a sociedade aprenda a conviver com a diversidade, respeitando as diferenças em prol do bem comum.

Com base nos resultados apresentados por este estudo, podemos observar que alguns profissionais se esforçam mais do que outros para desenvolver práticas de ensino que supram as necessidades de toda a classe. Estes, mesmo com tantas dificuldades impostas por um sistema educacional deficiente, em termos de recursos e materiais didáticos adequados, se esforçam para acessibilizar o conhecimento à estudante com deficiência visual. Dos estudos bibliográficos realizados é possível inferir que grande parte das instituições de ensino não dispõe de uma infraestrutura apropriada para acomodar alunos ou mesmo profissionais com deficiência.

Concluímos, portanto, que as bases legais que asseguram os direitos das pessoas com deficiência não são, de fato, operacionalizadas, acarretando desigualdade na oferta da educação básica, segregação e perspectivas limitadas no mercado de trabalho. Por isso, é dever dos sistemas educacionais e de toda a sociedade realizar um trabalho educativo que preze as qualidades daqueles que carregam em suas origens, o olhar piedoso de uma nação.

**Referências**

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/L9394.html>. Acesso em: 26 maio 2017.

BRASIL. República Federativa. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/01\_02\_2010\_13.39.05.85b72235f860536bcb82c3463914f15d.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

MACHRY, D; SIQUEIRA, P. C. M. Alunos deficientes e com necessidades educacionais especiais e as escolas de educação especial: algumas reflexões. **EFDEPORTES/Revista digital**, Buenos Aires, n. 143, p. 01, abril. 2010.

MIRANDA, M. J. C. Inclusão escolar e deficiência visual: trajetória e processo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara/SP, 2008, v. 3, n. 1 e 2, p. 14, 2008.

RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. **Educação especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. **Atendimento Educacional Especializado**:deficiência visual. SEEESP/SEED/MEC: Brasília/DF, 2007.

SCHLUZEN, E.; RINALDI, R.; SANTOS, D. Inclusão escolar: marcos legais, atendimento educacional especializado e possibilidade de sucesso escolar para pessoas com deficiência. In: Universidade Estadual Paulista. **Caderno de Formação**: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 148-160, v. 9.